



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SUA PRESENÇA NA PROFISSÃO: introdução ao
debate

Identificação: Simone Eliza do Carmo Lessa, Assistente Social, Doutora em Serviço Social, Professora, FSS/UERJ

Reflexão Teórica / Eixo II – Educação

elizasimone@gmail.com

021- 988833854

congresso80anos@gmail.com

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SUA PRESENÇA NA PROFISSÃO: introdução ao
debate

RESUMO:

Apresentamos reflexão sobre a política de assistência estudantil, atividade em expansão que se realiza no Ensino Básico e Superior. Nossa intenção é discutir sua história, seus sentidos, potencialidades e dificuldades, frente à profissão

Palavras chave: Assistência Estudantil, Educação, Serviço Social

ABSTRACT

We present a thesis on student assistance policies, an expanding activity being developed in schools and universities. We aim to discuss its meanings, history, problems and potential.

1- INTRODUÇÃO:

Na história da profissão, desde suas protoformas, temos a educação como um campo de intervenção (WITIUK, 2004 e BACKX, 2006). Neste princípio estávamos diante de momento de aprofundamento do capitalismo monopolista e periférico, de criação de bases para industrialização e de crescimento da urbanização. Dialogando com Manacorda (2000) lembramos que as sociedades industriais tendem a solicitar o letramento de sua população. Neste sentido, emblemática é a criação do Ministério da Educação e Saúde no início do Governo Vargas e a inclusão da Educação na Constituição Federal de 1934. Neste contexto, podemos falar de um inicial crescimento do acesso à rede escolar urbana,



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



especialmente nas capitais. Não pensemos, porém, que estava em curso a massificação da escola pública, ainda que a educação tenha passado a compor a agenda de governos dos mais variados espectros após 1930. Neste sentido, lembramos de Cunha (2000) que destaca: como apenas uma faixa de trabalhadores começará a ser absorvida no trabalho urbano mais especializado e demandará formação específica para tanto, não haverá necessidade imediata de efetivo acesso à educação da massa urbana. Sendo assim, produziremos uma experiência de industrialização sem escolarização para as massas (CUNHA, *op cit*), visto que o trabalho simples era aprendido, fundamentalmente, nos espaços ocupacionais.

No entanto, o caldo de cultura em torno da importância da educação e da escolarização já estava sendo “engrossado”, seja pelo liberal movimento escolanovista, desde os anos 1920 (expresso no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, que tinha dentre seus nomes de destaque, Anysio Teixeira). Este movimento defendia a importância do acesso à escola pública, sua universalização e a revisão dos modelos pedagógicos. Da mesma forma, desde os anos de 1910 os movimentos anarquistas destacavam a educação como direito essencial. Assim, a ampliação do acesso à educação em seus níveis elementares e a experiência do letramento começarão a fazer parte, lentamente, do cotidiano da classe trabalhadora.

Dialogando com Witiuk (*op cit*) novamente, identificamos que nos anos de 1940 os assistentes sociais foram inseridos nos ambientes escolares em uma perspectiva acrítica. Na escola *o Serviço Social será requisitado para o exercício de atribuições que harmonizam as relações no processo de vigilância da moral e da sociabilidade das famílias empobrecidas* (WITIUK, 2004, pag. 24), cujos filhos, futura geração de trabalhadores urbanos, começam timidamente a chegar ali. A escola vai se configurando como espaço para estimular posturas saudáveis e adequadas, de clara inspiração higienista, à nova ordem urbana, assalariada, fabril e desigual. A autora nos lembra que o I Congresso Brasileiro de Serviço Social, ocorrido em 1947, indica a importância da efetivação do chamado Serviço Social Escolar, sendo este definido como uma atividade técnica e supletiva às ações da formação. Vale lembrar, ainda, que a inserção do assistente social no campo educacional ficará mais evidente nos anos de 1950, com a expansão do aparato público brasileiro e da industrialização. Assim, começam a fazer parte do cotidiano do trabalho da assistente social brasileira a alfabetização de adultos em programas de Desenvolvimento de Comunidade (AMMANN, 1987), a formação profissional junto aos trabalhadores e seus filhos no Sistema “S” e as creches, denominadas “parques infantis” (então vinculadas à LBA – Legião Brasileira de Assistência), além de escolas. Além destas experiências, os assistente sociais que atuavam com os então denominados “menores”, por vezes, precisavam realizar



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



articulação entre escola, família e aprendizado profissional (historicamente, a educação profissional é o campo formativo para onde acorrem os filhos da classe trabalhadora (MANFREDI, 2003). Podemos depreender, portanto, que nestes oitenta anos de profissão, o trabalho do assistente social na educação teve presença.

A assistência estudantil, como um dos espaços de trabalho no assistente social na educação, esteve vinculada inicial e exclusivamente, ao Ensino Superior, mas no momento, em especial a partir desta primeira década do século XXI, se expande para o Ensino Básico. Suas experiências no Ensino Superior datam dos anos de 1950, em momento de criação de nixos industriais, de aumento da população urbana e dos segmentos de crianças e jovens especialmente (ANDRES, ANO). Como ressalta Hobsbawn (1995) o advento da experiência de *ser jovem* acontece no segundo pós-guerra e é marcado pela organização de uma cultura específica e de um mercado consumidor próprios para esta condição etária. O contingente de jovens urbanos brasileiros demandará educação, inclusive a universitária e esta ganhará visibilidade maior, como aparato público, frente ao crescimento da escolarização. Começam a ser criadas universidades federais, estaduais e municipais. No entanto, o seu *boom* ocorre nos anos de 1970, estando relacionado à ditadura militar empresarial e à necessidade de formar mão-de-obra especializada para um Estado que crescia em atividades, instituições e um mercado de trabalho urbano em expansão.

Rememorando a história da assistência estudantil, Andres (2011) nos fala das experiências de alimentação e moradia universitária, organizadas pontualmente em universidades federais de maior porte, efetivadas como políticas nos anos de 1970, através dos DAEs (Departamentos de Assistência Estudantil), então vinculados ao MEC. O escopo de ações dos DAEs (e afins), segundo levantamento junto às unidades federais é amplo: realizam ações no campo pedagógico, psicológico e social. A assistência estudantil cresceu significativamente desde o primeiro governo Lula, que expandiu as IFES (Institutos Federais de Ensino Superior) através do Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Neste período, é notória a interiorização das instituições educacionais de nível médio (e, como já dissemos, superior) ainda que esta tenha ocorrido de forma precária, com equipamentos e espaços físicos por vezes inadequados e equipes profissionais incompletas. O MEC (2016) nos informa que cada estado do território nacional possui um Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFETs), cada qual com diversos Campi regionais. Com a referida expansão, a demanda por assistência estudantil cresce. Permanece, porém, como reivindicação do movimento



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



estudantil¹, dada a necessidade de sua ampliação, já que o contingente de estudantes também cresceu

Vale ressaltar que nacionalmente, com a interiorização do ensino pela via dos IFETs (que já está sendo denominada, informalmente, como uma *ifetização* da educação), tem crescido o trabalho do assistente social no âmbito da assistência estudantil. Nestes espaços o Serviço Social têm sido chamado a desempenhar atividades de seleção socioeconômica, podendo atuar ainda, no acompanhamento da saúde dos estudantes, no desenvolvimento de projetos no campo cultural, nas ações de apoios aos deficientes, na organização de Creches (segundo áreas de atividades descritas no Decreto 7234/2010, que normatiza o PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil – e segundo experimentamos em nossa própria vivência profissional como assistente social no Ensino Básico. Segundo levantamento realizado junto à UFRN, UFPE, UFMG e UFV, assim como nos informa nossa própria experiência profissional, as ações cotidianas da assistência estudantil são: encaminhamentos à rede externa à universidade, visitas domiciliares, atendimentos individuais e em grupo, atividades com equipes multidisciplinares, elaboração de questionário socioeconômico, sistematização, planejamento, avaliação e pesquisa, elaboração de parecer social, realização de fóruns, seminários e encontros, criação de espaços de participação dos estudantes no controle dos serviços prestados.. Também realizam acompanhamentos em saúde e administram equipamentos como restaurantes universitários e alojamentos. Na transferência de recursos trabalham com bolsas permanentes e emergenciais (que podem ser acumuladas com bolsas acadêmicas). Como meta comum, apontam a intenção de combater a evasão e a repetência. Acreditamos que a assistência estudantil abre possibilidades de trabalho novas e interessantes para o assistente social e demanda reflexões sobre seu crescimento e complexidade, sem nos esquecermos dos limites que fazem parte da constituição do mesmo: uma estrutura organizada de cima para baixo, sem participação dos estudantes, de frágil dotação orçamentária. Por isso, precisamos refletir.

2- O CONTEXTO, O PROBLEMA, SEUS LIMITES E POTENCIALIDADES

No final dos anos 1980, início dos anos 1990 começa a ocorrer a ampliação do acesso à escola, como resposta às demandas históricas de diversos movimentos sociais brasileiros – fruto das lutas democráticas dos anos 1980, a partir da constatação da fragilidade do sistema educacional brasileiro

¹ Pesquisa realizada em 1997 com estudantes das IFES (totalizando 92,36% do total) revela a existência de uma demanda potencial de 44,29% por política de assistência estudantil (ALVES, 2002). Em 2003/2004 esta mesma pesquisa foi realizada pelo FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró Reitores para Assuntos Comunitários e Acadêmicos). A pesquisa revelou imensa demanda por assistência estudantil e o perfil dos estudantes que se candidata a mesma.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



após a ditadura² -- e às pressões de organismos internacionais pela elevação dos níveis de escolaridade da população trabalhadora (SHIROMA *et al*, 2000). Ao mesmo tempo, nos anos de 1990, vivemos uma conjuntura marcada pelo neoliberalismo, pelo enxugamento de recursos destinados às políticas sociais e, ao mesmo tempo, como estratégia de redução de custos, de focalização de ações nas populações mais empobrecidas. Neste marco, cresce o chamamento à profissão para integrar mais efetivamente os espaços educacionais — a escola pública em particular, sem desprezar as instituições privadas³. Entendemos que a ampliação do ingresso destes profissionais na escola, revela-se como um dos elementos da estratégia de abordagem das populações pobres. Trata-se do reconhecimento de que os filhos dos trabalhadores mais empobrecidos que, tradicionalmente não permaneciam no cotidiano escolar, passam a fazê-lo, trazendo para o interior de uma instituição tradicional, organizada em torno do trabalho docente, diversas expressões da questão social. Vale lembrar que a escola é muitas vezes, a única materialização do aparato público nas localidades mais remotas e empobrecidas, servindo como espaço que agrega serviços sociais diversos. Essa escola em que os filhos das famílias pobres passam a ingressar e *permanecer*, que já vinha em processo de deterioração desde a ditadura militar empresarial (ROMANELLI, 2001) passa por processo de sucateamento, aprofundado pelas políticas neoliberais já mencionadas. Salas superlotadas, professores exauridos por suas longas jornadas de trabalho, equipamentos fragilizados (ALGEBAILLE, 2009), em um entorno de desigualdade e de vida marginalizada. Estar na escola vai se tornando um fato de cotidiano, mas como podemos ver, com muitíssimas dificuldades à efetivação do processo de ensino-aprendizagem. A escola pública urbana não será mais a mesma que acolhia, especialmente, os rebentos das camadas médias urbanas. Os filhos da desigualdade e da vida precarizada estarão em seu interior. Por isso, é preciso ressaltar que ingresso maciço de crianças e adolescentes na escola pública é um imenso avanço desafiador⁴ e demanda atenção especial dos propositores e executores de políticas sociais.

Como pano de fundo, influenciando este processo, o capitalismo vivencia mais uma crise cíclica inerente a este modo de produção. Ou seja, diante da crise, as políticas sociais são submetidas a processos de mercantilização e de submissão à lógica do lucro. Neste sentido, a educação é vista

² A ditadura militar eliminou a exigência de gasto mínimo com educação. Além disso, a expansão das redes, principalmente a superior, foi feita a partir de instituições privadas (SAVIANI, 2008)

³ A Lei 12 101/2009 que versa sobre a obrigatoriedade das chamadas instituições filantrópicas, disponibilizarem bolsas de estudo e de contarem em seus quadros com assistentes sociais para o acompanhamento deste processo.

⁴ Nos 192.676 estabelecimentos de educação básica do País, estão matriculados 49,8 milhões, sendo 79% em escolas públicas. As redes municipais são responsáveis por quase metade das matrículas (45,9%), o equivalente a 23.224.479 alunos, seguida pela rede estadual (MEC, 2015)



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



como mercadoria capaz de ampliar a produtividade da força de trabalho, ganhando destaque dos organismos internacionais de financiamento como estratégia de formação de mão-de-obra adequada às necessidades da periferia econômica: produtividade, competitividade, disponibilidade para aprendizados diversos e superficiais ao longo da vida, individualismo e conservadorismo. Comoparte deste quadro ocorre a transferência de recursos públicos em efetivo ou através de isenções fiscais para o campo privado (o Prouni – Programa Universidade Para Todos -- e o Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego -- são exemplos recentes deste processo) Olhando para o nosso objeto é importante destacar elemento que será pano de fundo para o debate sobre a assistência estudantil: haverá uma massificação do ensino, concomitantemente à precarização das condições de aprendizagem (equipamentos inadequados, salas lotadas) e de permanência (dificuldades geradas pela desigualdade e pobreza das famílias das crianças e jovens que acessam a educação pública). Esta pobreza deve ser entendida como fenômeno multidimensional, que vai muito além da renda e que afeta a vida mais amplamente do que as restrições ao seu poder de consumo, segundo Yazbek (2012). Essa contradição de fundo – mais acesso, menos qualidade – ou *ampliação para menos*, como destaca Algebaile (2009) precisa ser enfrentada teoricamente e no cotidiano das ações educativas. Neste sentido, é preciso pensar a educação articuladas às políticas sociais que devem dar suporte á permanência e ao aprendizado nas instituições formadoras (renda, habitação, saúde, por exemplo). Em outras palavras, a referida *ampliação para menos (op cit)*, o aceso desprovido de condições para tanto, demandarão ações para enfrentar as dificuldades decorrentes deste processo. A assistência estudantil será uma destas estratégias.

Como parte deste mesmo processo de ampliação precarizada da educação, lembramos que o sistema educacional brasileiro, em suas três esferas públicas, tem produzido historicamente, instituições formativas de perfil heterogêneo em termos de sua infraestrutura, autonomia administrativa e qualidade. Esse fenômeno está relacionado às distintas formas de constituição e organização dos entes federativos nas redes estadual, municipal e federal, gerando escolas de perfis diferenciados. Além disso, está relacionado a uma sociedade extremamente desigual, na qual os mais pobres costumam acessar em suas regiões de moradia precarizada, serviços públicos de mesmo tipo. Em outras palavras, de modo geral, quanto mais empobrecida é a vida, também empobrecida será a educação e a escola acessadas. Dessa forma, o ingresso nas escolas públicas de qualidade, ou seja, aquelas que dispõem de recursos materiais, condições de trabalho e remuneração mais adequadas, é bastante disputado e quase inacessível às crianças e adolescentes que vivenciam dificuldades socioeconômicas.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



No entanto, um fenômeno novo, fruto das lutas sociais pela democratização da sociedade brasileira vem trazendo uma brisa inovadora (e desafiadora) a estas escolas públicas: as cotas e a ampliação da assistência estudantil. Estes são elementos que se inserem neste processo como possibilidades de acesso e permanência de populações historicamente alijadas de tais instituições. As chamadas ações afirmativas são experiências recentes viabilizadas através de políticas públicas no Brasil. Sua origem está relacionada aos avanços democráticos das décadas após a ditadura militar empresarial, especialmente às lutas por ampliação de direitos sociais. Neste sentido, na ampliação da democracia, o reconhecimento da desigualdade e o crescimento de movimentos de defesa dos direitos étnicos influenciam a consolidação de tais políticas. As ações afirmativas buscam lidar com uma idealizada igualdade formal-legal abstrata, não materializada na vida social e se integram ao campo dos direitos humanos (PIOVESAN, 2005). Neste sentido, tais ações partem do reconhecimento das dificuldades no acesso a direitos, mesmo os mais básicos, em um país extremamente desigual, que praticou a escravidão até o final do século XIX. Desta forma, objetivam minimizar condições decorrentes de uma história pretérita, mas não só, de discriminação étnica e de exploração econômica. Buscam atingir grupos marginalizados social, étnica e economicamente. São produtos de uma sociedade em que os direitos sociais foram ampliados no campo legal e onde as lutas em torno dos mesmos se fazem presentes como elemento da cultura (TRINDADE, 2002). As cotas se configuram como ação afirmativa (embora não sejam as únicas) e têm a política de educação como palco especial (mas não único) de sua efetivação. No entanto, não basta acessar a educação; é preciso efetivar esta dura conquista individual com políticas públicas que trabalhem a permanência com qualidade, para o coletivo. É aí que entra a assistência estudantil.

Vamos entendê-la como um direito na intenção de prover permanência, enfrentar desigualdades e a evasão. Lembrando novamente da interiorização da rede federal de ensino, destacamos o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que apesar de suas limitações (o fato de promover *rankings* entre as instituições formativas, por exemplo), tem permitido que estudantes possam optar por instituições fora de suas regiões de origem, segundo as notas alcançadas no certame. Sendo assim, alunos podem estudar em regiões muito distantes de seus locais de moradia, aprofundando a necessidade por assistência estudantil. As experiências de associação da assistência estudantil à ação afirmativa das cotas (tendo como público alvo, principalmente os negros, os deficientes, os indígenas, os oriundos de famílias com renda *per capita* muito baixa ou ainda os egressos do ensino público) se encontram em franco processo de expansão, em especial na rede de ensino federal, inclusive no Ensino Básico. No Estado do Rio de Janeiro são 11 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) em



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



funcionamento, além do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). Todas essas unidades praticam algum tipo de modalidade de assistência estudantil (bolsas, recursos para transporte e alimentação, alojamento) e de cotas (com reserva de vaga através de critério social, de renda, deficiência e/ou por origem da escola pública).

Os estudantes que demandam este tipo de política, segundo pesquisa realizada pelo FONAPRACE, junto a alunos das instituições federais de ensino em 2003/2004 tem o seguinte perfil: mulheres jovens, solteiras, que utilizam o transporte público e acessam o ensino em busca de melhores condições de vida e de ingresso ao mercado de trabalho. A pesquisa indica migração com o intuito de estudar para regiões distantes da moradia, para 35% dos entrevistados. Não por acaso, dentre as principais demandas destes alunos, estão a moradia, a alimentação (através do Restaurante Universitário, encarado pelos alunos como espaço de convivência, inclusive) e a bolsa. A diminuição da evasão de estudantes nas instituições que praticam a assistência estudantil é uma realidade, segundo o FONAPRACE.

A LDBEN (Lei 9394/1996) dá suporte à assistência estudantil ao afirmar em seu artigo *quarto, item oitavo*, que o educado deve ter acesso na Educação Básica a programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. No Ensino Superior a LDBEN não trata substantivamente da assistência estudantil. Esta será normatizada através do Decreto 7234/2010. O Plano Nacional de Educação, PNE, (Lei 13.005/2014), por sua vez, em seu artigo primeiro, inciso terceiro, tratará da superação das desigualdades educacionais (bem genericamente, é bom que se diga). Para tanto, são ressaltadas como estratégias de ação, a interiorização das instituições de nível superior e a ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil.

Este amplo escopo de normatizações e de políticas abre possibilidades novas de atuação aos assistentes sociais. Neste sentido, o trabalho na assistência estudantil precisa ser entendido em sua potencialidade, pois pode ir muito além das avaliações socioeconômicas que nos são solicitadas. Considerando o crescimento das instituições educacionais que praticam a assistência estudantil e o número de profissionais de Serviço Social envolvidos com a mesma, este passa a ser um tema de relevância nacional, que precisa ser sistematizado e estudado pelos assistentes sociais que ali atuam e pesquisam. Esta potencialidade, porém, não está livre de limitações. Como em outras áreas de atuação, o assistente social, trabalhador assalariado, participe dos processos de alienação da sociedade capitalista, se vê diante das tensões entre o que o empregador espera dele, as demandas da população usuária e do projeto que orienta o trabalho profissional. No caso da assistência



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

estudantil, o que o empregador – no caso, as instituições educacionais – espera dele é uma ação que otimize o acesso à bolsa, ao recurso, ao serviço, de forma a alcançar o *realmente pobre* e oferecer aos que sobraram dos processos seletivos (visto que não existem bolsas para todos), a *hipotética certeza* de que ficaram os mais frágeis e que novas oportunidades surgirão. Essa atividade a nós conferida pelo empregador, não é uma tarefa simples. Consome muito tempo e pode fadigar, visto que frente ao crescimento do acesso de potenciais usuários nestes espaços educacionais, a organização dos processos seletivos, seus instrumentos, formatos (quando o profissional tem autonomia para tanto), costuma ser longa e absorver intensamente o trabalho do assistente social, segundo nossa própria experiência indica. Neste sentido, neste terreno tortuoso, lotado de contradições e de tensionamentos, pensamos na importância de valorizar a assistência estudantil, revalorizar os processos de seleção de estudantes e abrir espaço para práticas outras. Não se trata aqui de uma receita de bolo, ou da indicação de um caminho de trabalho seguro, que conduzirá necessariamente, ao êxito. Trata-se da reflexão de uma assistente social atuante no campo da educação, que trabalhou em programa de assistência estudantil, que acredita nas potencialidades contidas nesta experiência.

Primeiramente, é preciso retomar um debate muitíssimo já bem realizado no Serviço Social sobre a assistência: esta desenvolveu-se, historicamente, a partir de práticas filantrópicas e religiosas, voluntárias e espontâneas, fundamentadas sob a moralidade burguesa que culpabiliza o “assistido” por sua condição. Transformada em política social pública, integrante do tripé da Seguridade Social, através de lutas materializadas na Constituição Federal de 1988, a assistência social ganha *status* de direito, embora permaneça sendo atropelada pelas práticas da filantropia, do clientelismo e pela moral burguesa, conforme nos lembra Yazbek (1995). Este “ranço” das antigas práticas que não foram superadas, frente às inovações democráticas e da afirmação de direitos que ainda não se fazem hegemônicas, tornam o trabalho na política de assistência ainda mais desafiador. No Serviço Social a assistência social se manifesta para além da própria Seguridade, materializando-se (de forma mais evidente ou velada), através de programas e de políticas em campos diversos. A assistência estudantil é um destes campos. Considerando as práticas filantrópicas e o conservadorismo a serem enfrentados na política de assistência, observamos que por vezes, esta atividade pode ser compreendida como “menor” ou “conservadora”. No nosso entendimento devemos enfrentar este tipo de afirmação: A assistência social deve ser entendida em sua complexidade histórica, valorizada como direito, dotada de infraestrutura material, de recursos profissionais em permanente aprendizado, além de fundo público capaz de torná-la ferramenta para permitir que as populações empobrecidas acessem educação pública de qualidade, apesar dos imensos limites da sociedade capitalista.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Nesta mesma lógica de raciocínio, a assistência estudantil deve ser uma política pública, dotada de orçamento próprio, de execução de longo prazo, transparente na gestão, capaz de prover permanência de qualidade nos espaços formativos e de subsidiar o aprendizado. Trata-se, portanto, de uma ação profissional da maior importância, que não pode ser desqualificada por portar um nome que suscita polêmicas. As contradições desta política devem ser encaradas em sua dimensão histórica e na conjuntura em que esta se desenvolve. Neste sentido, é preciso que enfrentemos situações em que o trabalho do assistente social chega através de “pacotes” prontos e rígidos, onde há um modelo pré-estabelecido de análise socioeconômica, engessado, que não permite ir além do proposto e que inviabiliza, inclusive, a realização de efetiva aproximação dos usuários. Mas não basta condenar este formato, é preciso propor um modelo alternativo e ir além dessa atividade, realizando projetos de Serviço Social que se articulem atividades culturais, ações com as famílias, debates sobre temas transversais à educação, à assistência. Acreditamos que esse processo propositivo é viável, visto que as experiências de construção da assistência estudantil estão em curso e em disputa e que o Serviço Social tem experiência acumulada no sentido de sistematizar seu trabalho, analisar dados, propor alternativas ao mesmo, desenvolvendo projetos novos.

Para tanto, algumas condutas serão importantes: é preciso politizar esse debate, considerar que a expansão do acesso dos filhos da classe trabalhadora às instituições de ensino públicas e de qualidade é um avanço importante, resultado de lutas sociais, mas ao mesmo tempo, consequência de uma ampliação fragilizada da educação em todos os níveis. É preciso discutir esses fatos institucionalmente, nos posicionando favoravelmente aos avanços e denunciando propostas formativas aligeiradas. Além disso, é preciso produzir dados que nos vão ajudar a fundamentar nossas reflexões, indicando as razões pelas quais os formatos de processo seletivos em curso (com os quais discordamos) são frágeis na captação de imagem do real – quem são estes estudantes, suas demandas, sua relação com a instituição formadora, principais expressões da questão social que vivenciam.

Como parte deste trabalho precisamos, ainda, dialogar com a organização dos estudantes (visto que estamos diante de um público usuário com trajetória de mobilização e de luta bastante contundentes), criar espaços de representação efetiva frente aos programas de assistência estudantil e seus recursos, administrá-los com transparência e colegiadamente, como experiência educativa e organizativa. Dialogar sistematicamente com docentes, gestores e equipe multidisciplinar e famílias, como estratégia de reunir forças em prol dos estudantes e suas demandas. Os dados produzidos pelas análises socioeconômicas devem subsidiar todos estes diálogos. Estaremos, assim, fundamentados segundo



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



princípios ético-políticos que norteiam a nossa profissão e atendendo a demanda história dos estudantes, conforme nos lembra Andres (2011). Os assistentes sociais atuantes em programas que objetivam a permanência nos espaços de formação de qualidade e com qualidade, podem contribuir muito, sobre *como*, em que *condições* e o *porquê* de permanecer. Neste sentido, devemos fazer coro com os que afirmam que não basta conquistar o acesso: é preciso ali permanecer e reivindicar um projeto de formação humanista e crítico. Trata-se de mais um desafio, também dotado de potencialidades, para os próximos oitenta anos da profissão.

REFERÊNCIAS:

- ALGEBAILLE, Eveline. Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: FAPERJ/Lamparina, 2009
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação, 2003. Disponível em www.cress-mg.org.br/textos/ acesso em 01/11/2004
- _____. Descentralização e Intersetorialidade. Desafios para a consolidação da política pública de educação. In: MONNERAT, Gisele Lavinias, ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de e SOUZA, Rosimary Gonçalves (orgs). A intersectorialidade na agenda das políticas sociais. Campinas, Papel Social, 2014
- ANDRES, Aparecida. Aspectos da assistência estudantil nas Universidades brasileiras. Câmara dos Deputados, Brasília, DF. Disponível em http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema11/2011_4354.pdf, acesso em 02/02/2016
- BACKX, Sheila. O Serviço Social na educação. In: REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila (Org.). O Serviço Social e políticas sociais. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.
- BEZERRA, Tereza Olinda Caminha e GURGEL, Claudio. A política de cotas em universidades. Desempenho acadêmico e inclusão social. Sustainable Business International Journal. No 9, ago, 2011. Disponível em <http://www.sbijournal.uff.br/index.php/sbijournal/article/view/15/10>, acesso em dezembro 2014
- BRASIL, Constituição Federal de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm, acesso em 13/06/2014
- BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8069/90 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm, acesso em 20/06/2014
- BRASIL, Lei Estadual/ RJ 6434/2013. Disciplina sobre o sistema de cotas para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em relação ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAp/UERJ. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/087bb8cd053320fc83257b4f0066f6f1?OpenDocument>, acesso em 13/06/2014
- BRASIL, MDS. RI Bolsa Família e CAAd Único. Disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=623,460,587,589,450,448, acesso em 14/03/2015
- BRASIL, Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispões sobre a certificação de entidades beneficentes de assistência social. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm, acesso em 27/06/2012.
- BRASIL, MEC, Censo escolar da educação básica. Resumo técnico, 2012. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf, acesso em 22 de maio de 2014



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



- BRASIL, MEC. Censo Escolar 2015. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em 01/03/2016
- BRASIL, MEC. Expansão da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica. Disponível em <http://institutofederal.mec.gov.br/>, acesso em 01/03/2016
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei 13.005/2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm, acesso em 28/03/2016
- BRASIL, MDS. RI Bolsa Família e CAd Único. Disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=623,460,587,589,450,448, acesso em 14/03/2015
- CUNHA, Luiz Antonio. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo: EDUNESP, 2000.
- HOBSBAWN, Eric.. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- MANACORDA, Mario Alighieri. *História da Educação*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2003
- MOEHLECKE, Sabrina. Ações afirmativas: histórias e debates no Brasil. In, Cadernos de Pesquisa, nº 117, nov 2002. <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>, acesso em 01/06/2015
- PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. Cadernos de Pesquisa. V 35, no 24., 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf>, acesso em 02/03/2015
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 25ª ed. São Paulo: Vozes, 2001
- SHIROMA, Eneida Oto, MORAES, Maria Célia de, EVANGELISTA, Olinda (orgs). Política Educacional. Rio de Janeiro, DP&A, 2000
- TRINDADE, José Damião de Lima. História social dos Direitos Humanos. São Paulo: Peirópolis, 2002
- VIEIRA, Balbina Ottoni. História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1977
- YAZBEK. Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. In, Revista Serviço Social e Sociedade. N. 110, São Paulo: Cortez, abril/junho 2012